

Resenha do livro:

DE MORAES, Wallace¹. “2013 – Revolta dos Governados: ou para quem esteve presente, Revolta do Vinagre. Rio de Janeiro: Via Verita, 2018.

Guilherme Xavier de Santana²

O ano de 2013 no Brasil foi marcante e acredito que um divisor de águas para uma geração da população que assistiu ou vivenciou intensamente as maiores revoltas (manifestações) da história do país. Praticamente todos os estados da federação foram contagiados pelo espírito de indignação, primeiramente com a pauta a respeito do aumento nas tarifas dos transportes públicos entre outras questões locais ou até mais abrangentes que foram se incorporando às revoltas em várias cidades.

Assim, afirmamos que o livro de Wallace de Moraes pode ser considerado um marco a respeito das interpretações no campo da ciência política sobre esse período tão importante na nossa história recente, visto que é um trabalho de fôlego.

Podemos dizer que a importância da obra “2013 - Revolta dos Governados: ou, para quem esteve presente, Revolta do Vinagre” (2018) se dá por diferentes aspectos e que ela deve servir como uma referência fundamental não só na ciência política, mas nas ciências sociais e humanas em geral. Enfim, para todos que queiram aprofundar algum tema referente às manifestações de 2013.

Para começar Moraes (2018) expõe um arcabouço teórico que se propõe a romper com a tradição das correntes da área, que possuem destaque nas universidades e no campo acadêmico de forma generalizada há várias décadas. O autor busca interpretar os fatos políticos que aconteceram em 2013 no Brasil (com foco principalmente no Rio

¹ Professor do Departamento de Ciência Política e dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) e História Comparada (PPGHC) da UFRJ. É pesquisador do INCT/PPED e líder do grupo de pesquisa OTAL/UFRJ. Realizou Pós-Doutorado na University of Florida e no INCT/PPED, Doutorado e Mestrado no IUPERJ (atual IESP/UERJ). Possui Bacharelado e Licenciatura pela UFRJ e Pós-Graduação Lato Sensu em História Contemporânea pela UFF. É autor de vários artigos e livros acadêmicos dentre eles: Governados por Quem? - Diferentes Plutocracias nas Histórias Políticas de Brasil e Venezuela;. Pesquisa atualmente: As Regulações Trabalhistas na América Latina e nos EUA; a Revolta dos Governados de 2013 no Rio de Janeiro; Teoria Política Anarquista e Libertária; e a Relação entre Representação Política, Plutocracia e Democracia. Desde 2018, é bolsista do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ.

² Doutorando em História Comparada na UFRJ; Mestre em Educação pela UFRJ; Professor da Sociologia da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC)

de Janeiro) a partir de conceitos libertários, formulando assim uma autêntica teoria política anarquista. Acima de tudo, a proposta do cientista político é se comprometer com uma teoria que “sai das ruas” e nos faz refletir teoricamente. Ou seja, dialoga diretamente com o pensamento anarquista buscando o tempo inteiro estar conectado com a realidade social vivida e observada, assim como apontar reflexões sobre as estratégias de transformação dessa realidade.

Diferente do pensamento marxista, por exemplo, que busca indicar e apontar saídas (por meio de suas lideranças intelectuais, partidárias ou líderes políticos de forma geral, ou seja, as chamadas vanguardas revolucionárias) para que as pessoas se mobilizem e façam ações nas ruas e demais espaços de disputa política contra a classe dominante, os anarquistas buscam estar também atuando e analisando o que as ações de mobilização ensinam, porém sem indicar um único caminho correto a seguir, considerando esse caminho para a emancipação como um caminho em constante construção. O autor busca discutir por meio desse viés teórico as noções de Revolução Social, Ação Direta e Auto-Instituição Social que segundo Moraes foram aspectos que predominaram nas manifestações de 2013 e que duraram até 2014 no Rio de Janeiro.

Portanto, Moraes mostra que as manifestações de 2013 romperam com diversos símbolos e práticas políticas que há décadas se estabeleceram em manifestações e reivindicações de cunho popular. Para isso, o cientista político se apoia na construção de diversos conceitos que questionam e avançam no sentido de complexificar o regime político no qual vivemos. Para o intelectual não existe democracia no Brasil e na maior parte do mundo, mas sim plutocracias (governo dos ricos). Esse é um conceito central que necessita ser aprofundado e diferenciado caso a caso. Daí Moraes diferencia os conceitos primeiramente a partir do vocábulo e da prática política, institucional, econômica e social, analisando como se dão as relações políticas no local referido.

Portanto, o que temos não só no Brasil, mas na maioria dos países do mundo, são plutocracias na prática, nas quais os governantes econômicos na maior parte das vezes ditam as regras do jogo político nas localidades e no nível global. Toda plutocracia acaba por ser uma espécie de ditadura e reforça desigualdades, pois necessariamente estabelece hierarquias bem definidas.

Para estabelecer um paradigma político e filosófico anarquista Wallace de Moraes procura consolidar uma discussão mostrando que a teoria libertária seria a única

que busca romper tanto na teoria quanto na prática a dicotomia: governantes e governados. Nenhuma outra matriz teórica se propõe a romper com esse pressuposto.

No aspecto social e cotidiano, Moraes reforça que ao analisarem politicamente de forma diferenciada, os anarquistas necessitam questionar e romper com todas as formas de opressão que acabam sendo governanças, reproduzindo hierarquias e desigualdades sociais em diversos aspectos. A partir daí enumera e caracteriza cinco governanças institucionais (governança política³, econômica⁴, sociocultural⁵, jurídica⁶ e penal⁷). Uma revolução social que busque um autogoverno seguindo um viés do método libertário só pode ser construída rompendo com todas as governanças citadas.

Para avançar nessa ruptura epistemológica, o intelectual trabalha também outros conceitos como a noção de “estadolatria”, que justifica a existência do Estado desde a tradição moderna e contemporânea da teoria política. De Maquiavel até Marx, passando por Hobbes, Locke e Hegel – dentre outros – o Estado é legitimado como uma instituição fundamental para a organização da sociedade, da sua defesa, ou até mesmo para acabar com as classes sociais. No livro “Governados por quem? diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela” (2018), Wallace de Moraes desenvolve e aplica os conceitos comparando o histórico político dos dois países latino-americanos (MORAES, 2018: 38).

³ É habitada pelos seguintes atores: a) governantes políticos (presidentes, reis, imperadores, vereadores, burocratas do alto escalão governamental). Esses podem ser divididos em dois subgrupos: governantes do Executivo e do Legislativo. Na parte hierárquica inferior dessa governança estão: b) governados politicamente (todos que devem obedecer às leis e políticas empregadas por aqueles). O lócus, por excelência, da governança política, é o Estado (DE MORAES, 2018: 76-77).

⁴ É habitada pelos seguintes atores: a) governantes econômicos (proprietários dos meios de produção e subsistência: patrões, chefes, donos das fábricas, terras, empresas e grandes conglomerados comerciais, banqueiros, acionistas etc.) e b) governados economicamente (todxs que devem obedecer a um ou mais governantes econômicos no local de trabalho, em sua casa ou em qualquer ambiente produtivo, comercial ou financeiro) Essa é a governança por essência da produção social que, sob o regime capitalista, tende a transformar tudo em mercadoria. A sua mola mestra é o dinheiro (DE MORAES, 2018: 78).

⁵ Existem cinco grandes instituições que atuam em conjunto para a manutenção/justificativa do *status quo*. São elas: 1) grandes meios de comunicação de massa; 2) escola (academia); 3) igreja; 4) família; 5) redes de internet (DE MORAES, 2018: 80).

⁶ É a responsável por aplicar e interpretar a lei. A artimanha da interpretação do Direito de maneira vertical, com criação de jurisprudências que devem ser obedecidas por todos, a justifica. Quem compõe o corpo de governantes políticos são Ministros dos tribunais superiores ou equivalentes, magistrados em geral, Procuradores da República e membros superiores do Ministério Público (DE MORAES, 2018: 83-84).

⁷ É povoada pelos seguintes atores: a) governantes penais: oficiais superiores das forças armadas ou equivalentes, das polícias estaduais, federais, tribunais penais civis e militares, e todas as forças de repressão militares ou civis e milicianos apoiados ou negligenciados por essas mesmas forças. Esses governantes, por controlarem as armas, a espionagem, a coerção legal, as sentenças, possuem um importante papel político para a manutenção do capitalismo, do Estado, de suas instituições e todas as governanças sociais existentes (DE MORAES, 2018: 85).

As formulações teóricas desenvolvidas para interpretar os acontecimentos políticos de 2013 passam justamente por uma espécie de lente interpretativa sobre a realidade social. O autor se coloca de forma oposta ao que tradicionalmente ficou conhecido como “neutralidade axiológica” no campo das ciências sociais.

Logo, o autor não é isento e escolhe um lado para narrar as grandes manifestações e o que ocorreu no período que o livro busca dar conta de analisar (entre os anos de 2013 e meados de 2014). A perspectiva que o analista político escolhe na obra é a da classe explorada, dos militantes e ativistas revolucionários, dos indignados contra todas as formas de opressão, daqueles que se rebelaram e ainda se rebelam contra a política capitalista e buscam construir saídas antiestatistas no cotidiano de suas lutas.

Moraes acrescenta a esses conceitos supracitados um método que combina observação participante nos protestos e acompanhamento dos fatos seja presencialmente ou em redes sociais, aprofundamento da bibliografia teórica do campo anarquista e também das perspectivas marxista, liberal e que flertam com regimes autoritários, além de uma análise minuciosa das interpretações dos acontecimentos políticos realizadas por partidos em geral, oligopólios da mídia, grupos de extrema direita, coletivos e agrupamentos de militantes revolucionários.

Ao abordar e detalhar os fatos políticos que fizeram parte da conjuntura de 2013 no Rio de Janeiro, Moraes identifica cinco interpretações diferentes ou discursos que buscaram narrar os acontecimentos do período. São elas: a plutocrática neoliberal dissimulada⁸, a plutocrática neoliberal desavergonhada⁹, plutocrática neoliberal proto-fascista¹⁰, a esquerda oficial institucional¹¹ e os setores revolucionários¹².

⁸ Composta por jornalistas e intelectuais do petismo, cujo principal objetivo foi isentar o governo federal da responsabilidade pelo descontentamento dos governados (DE MORAES, 2018: 105).

⁹ Propalada por aqueles que aproveitaram a revolta para criticar a governança plutocrática petista a partir de conjecturas características da teoria liberal de Nozick, Hayek, Friedman e outros (DE MORAES, 2018: 106).

¹⁰ Realizada por grupos que não estavam muito colegiados politicamente em 2013. Todavia, a partir de 2014 esse setor ganhou corpo com a organização e adesão de diversos segmentos das governanças penais (polícias militares, civis, forças armadas, etc) e de determinadas Igrejas evangélicas e católicas, dotadas de receio das mudanças sociais, principalmente comportamentais, propostas e potencialidades pelos insurgentes em 2013 (DE MORAES, 2018: 106).

¹¹ Defende o Estado e suas instituições, a dicotomia entre governantes e governados, mas diferencialmente advoga que o governo implemente políticas sociais para os trabalhadores. Do ponto de vista comportamental, possui uma postura mais libertária, defendendo a liberdade de orientação sexual, a liberalização das drogas, a defesa dos direitos humanos e, ainda, crítica o racismo na sociedade (DE MORAES, 2018: 107).

¹² Que podem ser subdivididas em duas. A primeira cunhamos de revolucionária libertária ou anarquismo, pois defende a autogestão – acabando com a dicotomia entre governantes e governados – o fim do Estado e a ação direta como forma de atuação para superar o capitalismo. A segunda possibilidade revolucionária é a vanguardista, que coincide em grande medida com os princípios anarquistas e/ou da esquerda oficial,

Podemos destacar que para ele apenas a interpretação revolucionária não se encaixa no conceito de estadolatria, enquanto as demais reivindicam e justificam a existência e atuação dentro do Estado insistentemente.

Avançando na exposição da obra vale mencionar que o autor em um momento do livro busca narrar de forma detalhada vários dias e contextos vividos nas manifestações do Rio de Janeiro. É impressionante a riqueza de detalhes com que Moraes dedica essas passagens, construindo imagens a partir da leitura, coordenando citações de palavras de ordem com aspectos teóricos, sempre utilizando os conceitos trabalhados de forma diferenciada de outras correntes teóricas e demais interpretações.

Como dito anteriormente, o foco do autor não é a pretensão da neutralidade, mas sim enaltecer o caráter popular das lutas que ocorreram no período de 2013, dar destaque às ações diretas e aos movimentos insurgentes, que de certa forma buscaram a partir da indignação romper com o sistema, quebrando alguns paradigmas que há tempos eram estabelecidos e praticamente inquestionáveis, como por exemplo, a forma de lutar e de se manifestar. Moraes a todo instante examina algumas particularidades que somente quem viveu e esteve presente nas mobilizações pode de certa forma lembrar e ratificar. A composição dos fóruns de deliberação, as posições partidárias e dos grupos revolucionários, detalhes de como se deram os embates políticos dia após dia nos grandes protestos.

Além disso, o autor expõe o discurso presente em alguns cartazes – frases políticas, de revolta e outras irônicas – até quem compunha alguns detalhes nas estratégias de lutas nas ruas. Wallace descreve como se posicionavam e o que cantavam os chamados Black Blocs nos atos, como os partidos da esquerda oficial reagiam quando havia repressão, até palavras de ordem que eram específicas para o contexto de uma manifestação por conta do público e da pauta.

Assim, o livro busca abranger vários aspectos desse fenômeno político complexo. Nas manifestações as palavras de ordem da categoria da educação por exemplo, ocorriam em alguns momentos específicos, enquanto em atos contra o aumento da passagem ou em frente à casa do Governador Sérgio Cabral outras frases eram puxadas, e assim por diante.

O cientista político faz um histórico que traz os antecedentes nacionais e locais, e enumera um total de vinte elementos que mostram o histórico de acontecimentos

sendo contrária à participação institucional. Defende o processo revolucionário e, portanto, apoia a insurgência popular contra as instituições (DE MORAES, 2018: 108).

sociais, políticos e que servem de interpretação para a culminância das mobilizações. Dentre os fatos citados temos a proliferação de coletivos autônomos, crescente atuação de movimentos sociais em ocupações urbanas, o avanço do crescimento de pré-vestibulares comunitários em favelas, inserção de sociologia e filosofia no currículo do ensino médio, dentre outros componentes que servem como elementos disparadores de 2013.

A análise aprofunda aliando o contexto nacional ao internacional, citando os protestos na Primavera Árabe (2010-2013), Occupy Wall Street (2011), e indo além, na chamada Ação Global dos Povos que se iniciaram com protestos em Seattle (1999) e Europa na virada do século XX para o século XXI. O autor conseguiu canalizar e captar o mais importante desse momento histórico: a indignação de boa parte da população que sempre foi extremamente massacrada historicamente, e que mesmo com um governo dito de “esquerda” ou “progressista” no governo federal (segundo autores acadêmicos e oligopólios da mídia), se levantou, não se curvou e buscou se rebelar diante de tantas pautas em curso.

Em um dos capítulos finais da obra, Wallace de Moraes junto a Luciana Simas travam um diálogo entre ciência política, história e ciência jurídica para traçar o caminho que levou a perseguições, criminalizações e até prisões de ativistas e militantes de movimentos sociais que foram protagonistas durante todo esse processo de ebulição política no Rio de Janeiro. É interessante que nesse capítulo há conceitos próprios da área do Direito, porém contextualizados a conjuntura e aos fatos que ocorreram.

O percurso da criminalização tem toda uma lógica social e política, que numa conjuntura de megaeventos, avanço do capital e conseqüentemente da repressão aos movimentos sociais, se acentua e acaba por ter conseqüências drásticas a quem fez ou ainda faz parte de movimentos que possuem uma prática e pautas revolucionárias.

Mais uma vez a riqueza de detalhes, com citações de leis e o contexto que ela foi aplicada de forma rigorosa ou até ilegal com relação a alguns casos de perseguição política em 2014 merecem ser mencionados no presente trabalho.

Por fim e não menos importante vale comentar de forma breve outra categoria que Moraes utiliza que é “ativismo conservador agressivo”, que consiste nos diversos aspectos que compõem a reação conservadora e autoritária que ocorreu de 2015 em diante. Fatores como as perseguições políticas já mencionadas, manipulação das informações que buscava sempre criminalizar os setores mais combativos na jornada de

lutas e manifestações, infiltração de agentes das forças de repressão nos protestos e grupos, erro de leitura da conjuntura por parte da esquerda oficial, dentre outros motivos. Esses elementos segundo o autor foram fundamentais para o fim do movimento no ano de 2014.

Concluo a resenha do livro “2013 – Revolta dos Governados: ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre” reforçando que se trata de uma obra de extremo fôlego reflexivo, com uma capacidade de dialogar teoria, empiria e originalidade nas interpretações de um dos eventos políticos mais importantes da história do país.

Wallace de Moraes consegue de fato romper e quebrar alguns paradigmas no campo da ciência política, colocando como foco a teoria libertária e anarquista como um viés tão importante quanto as interpretações marxistas e liberais, já consagradas no âmbito universitário há décadas pelo mundo.

É um livro que deveria ser lido e pensado para refletirmos a nossa realidade, dentro das universidades, movimentos sociais e entender que 2013 ainda poderá reverberar por muito tempos nas questões políticas envolvidas em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DE MORAES, Wallace. Governados por quem? Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

DE MORAES, Wallace. 2013 – Revolta dos Governados: ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre. Rio de Janeiro: WSM Edições, 2018.